

Ação contra lavagem de dinheiro

PROJETO DE LEI CRIA UM CONSELHO PARA INVESTIGAR E PUNIR OS ENVOLVIDOS NESSAS OPERAÇÕES, ENTRE ELAS OS CRIMES CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO

O governo vai desencadear uma forte ação para combater a lavagem de dinheiro oriundo de operações irregulares, principalmente de crimes contra o sistema financeiro, do narcotráfico e do crime organizado. Para isso, trabalhará em duas frentes: vai criar instrumentos internos para facilitar a punição desses crimes e negociará acordos para a troca de informações com os Estados Unidos e a Europa.

Nos próximos dias, segue para o Congresso um projeto de lei elaborado pelo ministro da Justiça, Nelson Jobim, para criação de um Conselho encarregado de investigar o tráfego de dinheiro irregular no País e definir instrumentos que facilitem a apuração e a punição desses crimes. Ao mesmo tempo, a Receita Federal vai negociar acordos para troca de informações com outros países.

A avaliação de especialistas do governo é de que a rigidez das regras do sigilo bancário e fiscal transformam o Brasil em uma "Suíça latina". A estabilização econômica, que incorporou a prática de juros mais elevados do que as taxas internacionais, aumentou ainda mais os atrativos do mercado brasileiro para as operações de lavagem de dinheiro.

A versão do projeto que será en-

viado ao Congresso prevê que o combate ao dinheiro sujo seja feito a partir de um forte cerco aos bancos, bolsas de valores, bolsas de mercadorias e de futuros e às empresas que lidam com grandes quantias em dinheiro, como bingos, antiquários, galerias de arte, joalheiros, empresas de previdência complementar e de capitalização. Todos seriam obrigados a manter um cadastro atualizado de seus clientes e a registrar integralmente suas operações.

As transações com valor muito alto, acima de um limite ainda a ser fixado, seriam imediatamente informadas, sob sigilo de justiça, ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf). Esse Conselho, cuja criação está prevista no projeto de lei, será integrado por um conjunto de especialistas em finanças, mercado de capitais, tributação, legislação, relações internacionais e técnicos da Polícia Federal.

O Conselho investigaria as ope-

rações suspeitas de vinculação com crimes financeiros, lavagem de dinheiro, narcotráfico, crime organizado e terrorismo. O Conselho é uma tentativa de contornar a precária troca de informações entre os órgãos de governo. Não é raro ouvir queixas da Receita Federal, por exemplo, sobre dificuldades para

Arquivo/AE



Jobim vai apresentar projeto

acessar informações bancárias de sonegadores, em poder do Banco Central.

O projeto também cria uma figura nova na legislação brasileira, muito comum nos filmes policiais americanos: o informante. Se aprovada essa proposta, uma pessoa de dentro

da organização criminosas poderá ter sua pena reduzida em um ou dois terços se colaborar com as autoridades, fornecendo informações que permitam apurar o crime ou localizar os bens envolvidos.

Enquanto o projeto não é aprovado, porém, o governo dedica-se a outras opções para aperfeiçoar a investigação de crimes financeiros e fiscais. Em maio, o ministro da

Fazenda, Pedro Malan, reuniu-se com os ministros da Fazenda dos demais países do continente em Nova Orleans (EUA), e um dos temas do encontro foi a troca de informações entre os governos para combater os crimes financeiros, o narcotráfico e a lavagem de dinheiro. "A direção em que estamos caminhando é inexorável, uma cooperação cada vez maior entre governos e agências reguladoras, na busca de cooperação para identificação desses crimes", comentou Malan.

A especialização de funcionários para a investigação desses crimes conta até com uma linha de financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Há técnicos brasileiros sendo treinados no Federal Reserve (o Banco Central dos EUA) e também no correlato canadense.

Há duas semanas, o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, reuniu-se com o subsecretário da Receita dos Estados Unidos, Joseph Guttentag, e pediu a reabertura das negociações de um acordo para eliminar a bitributação entre os dois países. O acordo permitirá a troca de informações entre as máquinas fiscalizadoras dos dois países.

Lu Aiko Otta